



INTERNATIONAL MONETARY FUND



Comunicado de Imprensa nº 14/302 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
24 de Junho de 2014

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI conclui a consulta de 2014 com Cabo Verde ao abrigo do Artigo IV

Em 28 de Maio de 2014, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a consulta de 2014 com Cabo Verde ao abrigo do Artigo IV.¹

A economia de Cabo Verde continua a enfrentar significativos ventos contrários devido à prolongada desaceleração dos mais importantes parceiros comerciais na Europa e ao enfraquecimento da demanda interna. O crescimento da economia desacelerou de 4 por cento em 2011 para 1,2 por cento em 2012. O corpo técnico estima que o crescimento abrandou ainda mais em 2013, chegando a 0,5 por cento. Não obstante o bom desempenho do turismo, as remessas e os fluxos de capital privado continuaram a recuar e a confiança interna diminuiu mais. A taxa de desemprego geral foi de 16 por cento no fim de 2013, e a taxa de desemprego entre os jovens foi o dobro desta. A inflação medida pelo índice de preços no consumidor teve uma queda acentuada, chegando a 0,6 por cento em Março de 2014. Na frente externa, estima-se que o défice em conta corrente tenha sofrido uma forte contração, o que contribuiu para um saldo global positivo da balança de pagamentos e possibilitou o aumento das reservas internacionais para valor equivalente a cerca de quatro meses e meio das importações prospectivas.

Em face das fracas condições económicas e da falta de pressões iminentes sobre a balança de pagamentos ou sobre os preços no consumidor, o Banco de Cabo Verde (BCV) reduziu a sua taxa directora em 150 pontos-base em Março de 2014. Enquanto a banca continua bem capitalizada, a estabilidade financeira foi enfraquecida pela desaceleração do crescimento económico. O volume de empréstimos mal parados continuou a aumentar e, no fim de 2013, representava 16 por cento do total de empréstimos. Isto contribuiu para um declínio da rendibilidade dos bancos.

¹ Nos termos do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os países membros, normalmente uma vez por ano. Uma equipa de técnicos visita o país, recolhe informações de natureza económica e financeira e discute com as autoridades a evolução e as políticas económicas do país. Ao retornar à sede do FMI, os técnicos elaboram um relatório que constitui a base das deliberações do Conselho de Administração.

Na frente orçamental, o défice do orçamento caiu para 7,8 por cento do PIB em 2013, cerca de 2 pontos percentuais a menos do que no ano anterior. Contudo, o total das necessidades de financiamento (incluindo empréstimos concedidos a empresas públicas) permaneceu bastante elevado, em 13 por cento do PIB, fazendo com que o total da dívida pública chegasse a um nível estimado de 98 por cento do PIB em Dezembro de 2013. Este desequilíbrio no orçamento reflecte a combinação do desempenho mais fraco das receitas aliado ao crescimento das despesas de capital.

O corpo técnico prevê que o crescimento do PIB real de Cabo Verde deve acelerar-se, subindo para 3 por cento em 2014. A melhoria da conjuntura económica na área do euro é um bom sinal para o turismo, as remessas e o IDE. Internamente, a confiança do consumidor e do investidor deve começar a recuperar-se, impulsionada por uma orientação mais acomodaticia da política monetária. A inflação deve aumentar à medida que a actividade acelere, porém permanecerá abaixo de 3 por cento. O défice em conta corrente deve crescer em 2014 com a recuperação da procura pelas importações e deve permanecer alto por mais alguns anos, à medida que o programa de investimentos públicos de grande escala seja eliminado gradativamente. Os principais riscos no curto prazo dizem respeito a uma demora prolongada na recuperação europeia e ao ressurgimento da pressão financeira na zona do euro. Os riscos internos são, principalmente, de natureza orçamental, em vista da elevada dívida pública, embora eles sejam mitigados pela alta concessionalidade e pelo perfil de vencimento longo desta dívida. No longo prazo, o corpo técnico estima um crescimento em torno de 4 por cento. O principal risco para esta perspectiva está relacionado à capacidade de Cabo Verde implementar as reformas estruturais necessárias para aumentar a competitividade e o crescimento potencial.

Avaliação do Conselho de Administração²

Os Administradores louvaram os avanços económicos e sociais obtidos por Cabo Verde na última década, bem como a gestão macroeconómica habilidosa, que ajudou a reforçar as reservas externas e a preservar a paridade cambial, em meio a uma conjuntura externa difícil. Ao mesmo tempo, destacaram que Cabo Verde está vulnerável a choques externos e que a dívida pública do país, embora tenha sido contraída, principalmente, em condições concessionais, é elevada. Incentivaram as autoridades a proceder à consolidação das finanças públicas para restabelecer as almofadas, bem como a levar a cabo reformas estruturais para apoiar o crescimento de longo prazo e reforçar a resiliência.

Os Administradores acolheram a consolidação fiscal alcançada em 2013 e os planos das autoridades para conter os gastos em 2014 e anos subsequentes. Ao mesmo tempo, a maioria

² Ao concluírem-se as deliberações, o Director-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores, e este resumo é transmitido às autoridades nacionais. Uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos pode ser consultada no seguinte endereço: <http://www.imf.org/external/np/sec/misc/qualifiers.htm>.

dos Administradores viram méritos na redução mais rápida do défice, à qual se contrapõe a necessidade de proteger o crescimento, para ajudar a trazer a dívida pública para uma trajectória descendente. Os Administradores recomendaram salvaguardar os gastos sociais prioritários, dar prioridade aos projetos de investimento público estratégicos e, ao mesmo tempo, concentrar-se em reforçar a sua eficiência. Acolheram os esforços para apoiar a mobilização de receita interna e realçaram o papel da assistência técnica do Fundo no apoio às iniciativas de reforma. Louvaram, ainda, as acções recentes para fortalecer a governação e o desempenho financeiro das empresas públicas, além de incentivarem a continuação dos esforços para aumentar a sua eficiência.

Os Administradores concordaram que o recente relaxamento da política monetária é apropriado em vista da desaceleração do crescimento do crédito ao setor privado e da ausência de pressões sobre as reservas internacionais e os preços. Contudo, o fraco mecanismo de transmissão monetária mina a eficácia da política monetária, e os Administradores instaram as autoridades a fortalecer a sua capacidade de gestão da liquidez, aumentar a eficiência do mercado interbancário e continuar a desenvolver o mercado de títulos públicos. Também será importante manter um nível suficiente de reservas internacionais.

Os Administradores apoiaram os esforços para salvaguardar a estabilidade financeira e encontrar uma solução para os empréstimos mal parados, inclusive com uma supervisão mais intensa da banca e novas leis que fortaleçam o quadro de supervisão e regulamentação. Para além disso, incentivaram as autoridades a implementar as recomendações remanescentes do Programa de Avaliação do Setor Financeiro de 2009.

Os Administradores destacaram a avaliação do corpo técnico de que o escudo permanece, de modo geral, alinhado com os seus fundamentos. A fim de reforçar a resiliência da economia a choques externos e diversificar as suas fontes de crescimento, instaram por novos avanços na execução das reformas para apoiar a competitividade, criar empregos e promover o crescimento inclusivo. Será especialmente importante melhorar o ambiente de negócios, aumentar a eficiência do mercado de trabalho e reduzir a inadequação de competências na formação profissional. Os Administradores também incentivaram as autoridades a dar prioridade aos objetivos do plano de desenvolvimento de médio prazo que tenham mais potencial para gerar retornos económicos e sociais.

Cabo Verde: Principais Indicadores Económicos, 2011–17

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
			Est.		Proj.		
	(Variação percentual anual)						
Contas nacionais e preços ¹							
PIB real	4,0	1,2	0,5	3,0	3,5	4,0	4,0
Deflador do PIB	2,7	1,9	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
Índice de preços no consumidor (média anual)	4,5	2,5	1,5	2,0	2,5	2,5	2,5
Índice de preços no consumidor (fim do período)	3,6	4,1	0,1	2,5	2,5	2,5	2,5
Sector externo							
Exportações de bens e serviços	17,3	7,2	5,1	6,8	8,9	9,3	9,3
<i>Dos quais:</i> turismo	26,5	21,4	8,6	9,5	10,3	10,3	10,3
Importações de bens e serviços	17,9	-8,1	-6,9	11,9	9,9	7,2	5,0
	(Variação percentual homóloga da massa monetária)						
Moeda e crédito ²							
Activos externos líquidos	-7,7	4,6	6,9	3,5	2,2	0,2	0,5
Activos internos líquidos	12,2	1,7	4,4	3,1	8,1	9,0	7,5
Crédito líquido ao governo central	4,0	3,3	1,8	1,4	1,1	1,3	1,1
Crédito à economia	10,8	0,0	1,3	5,1	6,0	6,2	5,8
Massa monetária (M2)	4,6	6,3	11,3	6,6	10,3	9,2	8,0
	(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)						
Sector externo							
Conta corrente externa (incl. transf. correntes oficiais)	-16,3	-11,3	-4,5	-9,1	-10,8	-10,9	-9,2
Conta corrente externa (excl. transf. correntes oficiais)	-20,0	-14,6	-7,5	-10,7	-12,4	-12,2	-10,5
Balança de pagamentos global	-2,7	2,7	3,5	3,2	2,2	0,6	0,8
Reservas internacionais brutas (meses de import. futuras de bens e serviços)	3,5	4,2	4,4	4,6	4,6	4,5	4,4
Finanças públicas							
Receitas	25,6	23,0	23,7	25,5	24,7	25,1	25,4
Receitas tributárias e não tributárias	22,7	21,2	21,3	22,6	22,9	23,5	24,1
Donativos	2,9	1,8	2,4	2,9	1,8	1,6	1,3
Despesas	33,3	32,9	31,5	32,9	31,2	30,8	30,0
Saldo global (incl. donativos)	-7,7	-9,9	-7,8	-7,4	-6,5	-5,7	-4,6
Financiamento externo	6,0	7,5	6,2	5,7	4,7	3,5	2,6
Financiamento interno	1,6	2,3	1,6	1,7	1,8	2,2	2,0
Empréstimos concedidos	-3,6	-3,7	-5,4	-4,3	-4,0	-3,2	-2,3
Total do financiamento (incl. empréstimos concedidos)	11,2	13,6	13,2	11,7	10,4	8,9	6,9
Stock e serviço da dívida pública ³							
Total da dívida pública nominal	77,8	90,2	97,6	104,1	107,4	108,4	107,5
Dívida pública externa	56,1	67,5	74,0	79,2	81,9	82,0	80,5
Dívida pública interna	21,6	22,6	23,6	24,9	25,5	26,4	27,0
Serviço da dívida externa (percentagem das exportações de bens e serviços)	4,1	4,3	4,6	4,5	4,5	4,4	4,1
Valor actual da dívida externa							
Percentagem do PIB (limiar do risco moderado: 50%)	42,6	45,8	47,8	48,5	48,2
Percentagem das receitas (limiar do risco moderado: 300%)	199,5	203,0	208,7	205,9	199,9
Percentagem das exportações (limiar do risco moderado: 200%)	95,0	101,2	102,9	101,8	98,8
Por memória:							
PIB nominal (mil milhões de escudos)	147,9	152,6	157,2	166,0	176,2	187,9	200,3
Reservas internacionais brutas (milhões de euros, fim do período)	263,3	299,3	347,5	395,9	431,2	440,6	454,9

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Os dados mais recentes disponíveis das contas nacionais são de 2012.

² Ajustados em função da inconsistência de dados em Dezembro de 2011.

³ Os dados da dívida pública referentes a 2013 são estimativas preliminares.